

**INEPAR S.A - INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**CGC: Nº 76.627.504/0001-06**  
**COMPANHIA ABERTA**

**ATA DA 141a. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 7.12.94**

**Data e Local:** 7 de dezembro de 1994, às 10 horas, na sede social, sita em Curitiba - PR na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº.11.400.

**Composição da Mesa:** Atilano de Oms Sobrinho - Presidente, Di Marco Pozzo - Secretário,

**Deliberações:** Deliberado, unanimemente, complementar as condições de emissão de debêntures conversíveis em ações, mediante subscrição pública, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência, aprovada pela AGE desta mesma data, fixando-se as seguintes características que deverão constar na Escritura Pública de Emissão:

1. **Colocação:** O lançamento será público, mediante a intermediação de Instituição(ões) Financeira(s).
2. **Preço de subscrição:** a vista no ato da subscrição, correspondente ao valor nominal da debênture, corrigido monetariamente pro-rata-dia pela Taxa Referencial - TR, fixada pelo Banco Central do Brasil para 1/12/94, acrescido de juros calculados pro-rata-temporis, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.
3. **Prazo Prioritário para os Acionistas:** 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia 8 de dezembro de 1994, inclusive.
4. **Da Subscrição pelos atuais Acionistas:** Os detentores de ações ordinárias poderão subscrever debêntures conversíveis em ações ordinárias (1ª série) e os detentores de ações preferencias (2ª série) poderão subscrever debêntures conversíveis em ações preferenciais, no prazo citado no item 3, observando-se a proporção das ações da espécie possuída, em 7 de dezembro de 1994, data da realização da AGE.
5. **Juros Remuneratórios:** as debêntures perceberão juros remuneratórios de 10% (dez por cento) ao ano, a partir da data de emissão, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o seu valor nominal corrigido pagos anualmente, sempre no primeiro dia do mês de dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.12.95 e o último em 01.12.99, data do vencimento das debêntures.  
A Emissora pagará pro-rata-temporis os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações programadas, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

6. **Prêmio:** o prêmio será devido nas mesmas datas de vencimento antecipado, amortização programada e/ou aquisição facultativa das debêntures, incidente a partir da data da emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte fórmula:

$$P_n = [(VN \times IR \text{ fat.}) - VNA]$$

Sendo:

$P_n$  = Prêmio "n", expresso em Reais, a ser pago em conjunto com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada;

$VN$  = Valor Nominal na data da emissão, ou seja, R\$ 3.000,00 (três mil reais) e,

$IR \text{ fat.}$  = é o fator acumulado do índice de Reajuste do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, data base dia 01, apurado desde a data de emissão até a data de pagamento do prêmio, ou do último prêmio pago.

$VNA$  =  $VN$  atualizado na forma da condição geral, aprovada na AGE de 07 de dezembro de 1994.

O prêmio não será devido na hipótese de conversão das debêntures.

## 7 Conversibilidade:

- 7a. As debêntures poderão ser convertidas, a qualquer tempo, à opção de seus titulares, em ações ordinárias e preferenciais do capital social da Emissora conforme as respectivas séries.
- 7b. As ações, resultantes da conversão, serão creditadas em conta depósito (junto a Instituição depositária autorizada pela CVM, contratada pela Emissora) em nome de seus titulares até 3 (três) dias úteis após a data da solicitação de conversão.
- 7c. A quantidade de ações decorrente da conversão de 1 (uma) debênture será:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBÊNTURE
Da data da subscrição até 30.11.97	2.500.000
De 01.12.97 a 30.11.98	1.666.667
De 01.12.98 a 01.12.99	833.333

- 7d. O número de ações decorrente da conversão das debêntures será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.
- 7e. No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da Emissora no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.604 de 15.12.76 e no Estatuto Social da Emissora.
- 7f. As ações, objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais negociadas em Bolsa de Valores à época e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista;
- 7g. A critério do debenturista, sempre que a Emissora aumentar o seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou aprovada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da Emissora, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, fica assegurado ao debenturista o direito de ter as suas debêntures convertidas em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações.
- 7h. A critério do debenturista, sempre que a Emissora deliberar a emissão de novas debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo de validade das novas debêntures, fica assegurado ao debenturista o direito de ter suas debêntures, convertidas em ações pelo mesmo preço de conversão das novas debêntures.
- 7i. A critério do debenturista, sempre que a Emissora deliberar sobre emissão de bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações, fica assegurado ao debenturista o direito de ter as suas debêntures convertidas em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição.
- 7j. As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos itens 7g., 7h.e 7i., serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu valor nominal corrigido, na forma estabelecida na AGE de 7 de dezembro de 1994.
- 7k. Na hipótese de ocorrerem emissões de debêntures com base de conversão mais favorecida, fica assegurado aos debenturistas detentores de debêntures desta emissão, em circulação, o direito de terem as suas debêntures convertidas nas mesmas bases das novas emissões.

**8. Amortizações Programadas:** as debêntures desta emissão, em circulação, terão o seu valor nominal atualizado e amortizado em parcelas, conforme a seguinte programação:

DATA AMORTIZAÇÃO	% DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL CORRIGIDO	VALOR NA DATA DE EMISSÃO(01/12/94) (R\$)	DA
01.12.97	33,33%	1.000,00	
01.12.98	33,33%	1.000,00	
01.12.99	33,33%	1.000,00	

8a. Sobre o valor nominal atualizado das parcelas a serem amortizadas incidirá o prêmio previsto no item 6.

## 9. Características e Vantagens das Ações Decorrentes da Conversão

9a. As ações ordinárias decorrentes da conversão, terão as seguintes características e vantagens:

- Estatutárias:

\* Com direito a voto;

\* Direito ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

- Decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures

\* Farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista; e

\*Farão jus aos dividendos integrais do exercício em que forem convertidas.

9b. As ações preferenciais decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens:

- Estatutárias:

\* prioridade no recebimento de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei,

\* participação nos lucros da Emissora em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumento de capital,

\* Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Emissora.

**10 Processamento e Cobrança da Dívida:** os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP ou ainda, em Instituição(ões) Financeira(s) contratada(s) para este fim pela Emissora.

**11 Juros Moratórios:** a taxa de juros será elevada em 1% (hum por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da Emissora no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido no item 14

**12. Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, à qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal corrigido acrescido de juros e prêmio remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do art. 55 da Lei nº 6.604, de 15.12.76. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado

**13. Vencimento:** 1º de dezembro de 1999

**14. Vencimento Antecipado:** o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto da emissão e exigir o imediato pagamento pela emissora do valor nominal corrigido monetariamente pro-rata temporis até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes fatos:

I) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora.

II) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora

III) decretação de falência da Emissora.

IV) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, e

V) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora prevista na Escritura de Emissão.

**15. Formalização Jurídica:** Contrato de Garantia de Subscrição e Colocação de Debêntures, por instrumento particular, deverá observar, entre outras, as seguintes características:

15.a. o contrato será irrevogável e irretratável, sendo que sua resolução somente poderá efetivar-se após ouvida a Comissão de Valores Mobiliários e far-se-á mediante carta-circular com exposição a todas as partes, cientes e de acordo quanto às cláusulas e condições estabelecidas;

15.b. o contrato ficará automaticamente resolvido, sem quaisquer obrigações das partes contratantes quanto às estipulações ora pactuadas, bem como quaisquer ônus para as mesmas, na ocorrência das seguintes hipóteses:

i) se a CVM negar o competente Registro de Emissão ou impuser exigências de tal ordem que tornem impossível o citado registro;

ii) se ocorrerem eventos graves de natureza política, conjuntural, econômica ou financeira, que não possam ser razoavelmente previstos ou evitados, e que tornem impossível a qualquer das partes o cumprimento das obrigações assumidas, observada a prévia anuência da CVM

iii) modificações das normas legais ou regulamentares, relativas ao mercado acionário, que venham, de qualquer forma, a alterar substancialmente as condições de mercado, tornando desaconselhável a realização da operação, quer sob o aspecto administrativo, quer sob o aspecto jurídico;

iv) ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações de espécie tratada no contrato ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data do instrumento; e

v) se ocorrerem motivos de força maior, independentemente da vontade das partes contratantes, que afetem de forma substancialmente adversa a realização da operação;

15.c. em quaisquer das hipóteses previstas no sub-item 15.b acima, a Comissão de Coordenação será devida e vencível em 60 (sessenta) dias, a contar da data do fato que originar a rescisão;

15.d. o prazo de duração do contrato começará a partir da data de sua assinatura e finda com cumprimento pelas partes contratantes de todas as obrigações,

principais e acessórias, decorrentes da garantia e colocação das debêntures objeto do mencionado contrato.

15.e. a parte que infringir qualquer das cláusulas do contrato ficará sujeita ao pagamento de multa não-compensatória de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total da operação, sem prejuízo de honorários advocatícios na eventualidade de instrução de pleito judicial.


**16. Publicidade:** Todos os atos e decisões decorrentes da emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesse dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos em jornais onde a Emissora realiza suas publicações legais.

**17. Decadência dos Direitos aos Debenturistas:** O não recebimento, pelo debenturista, dos valores correspondentes a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros e atualização monetária, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. Encerramento da Reunião: Ata lida e aprovada, unanimemente. Assinaturas: Atilano de Oms Sobrinho - Presidente, Di Marco Pozzo - Secretário.

Na qualidade de Presidente e secretário da Reunião declaramos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Curitiba, 7 de dezembro de 1994.

(aa.) Atilano de Oms Sobrinho, Mario Celso Petráglio, Jauneval de Oms, Di Marco Pozzo, Gennaro Moretti, Cesar Romeu Fiedler e Jorge Luiz Vizine da Cruz.

Certifico que a presente é cópia do original lavrado às fls.69 a 75 do livro No.02 de Ata de Reuniões do Conselho de Administração, registrado sob o No. 08945 em 24/05/88, na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná.

  
DI MARCO POZZO  
Secretário  
OAB-PR No.5174